



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP

CARAGUAPREV

RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

JANEIRO DE 2026



SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	5
3. BOLETIM FOCUS.....	9
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	9
4.1 ESTUDO ALM.....	11
5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	14
6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS	15
7. PERSPECTIVAS.....	19
8. GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO.....	21
9. TABELA DE LIQUIDEZ.....	22
10. RENTABILIDADE POR ARTIGO	23
11. MOVIMENTAÇÕES DO MÊS	24
12. EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	26
13. RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS	28
14. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO	28
CARAGUAPREV.....	28
15. PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV.....	30
16. CONCLUSÃO.....	32



RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

JANEIRO DE 2026

Parâmetros:

- *Resolução 4.963/21 do CMN e alterações – Legislação Vigente;*
- *Política Anual de Investimentos - elaborada pelo CARAGUAPREV;*
- *Diversificação, Segurança, Liquidez e Transparência;*
- *Diluição dos riscos de perda e do retorno nos Investimentos;*
- *Aumento da rentabilidade da carteira de forma inteligente;*
- *Expectativas do Mercado.*

1. INTRODUÇÃO

O CaraguaPrev no mês de janeiro de 2026 vem implementando ações que demonstram transparência nos processos decisórios dos investimentos financeiros e divulgação das informações aos seus segurados.

O Instituto com sua estrutura administrativa composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva que executa as deliberações tomadas pelos Conselhos. Na área de investimentos atuam os membros do Comitê de Investimentos que analisam as aplicações financeiras e levam a matéria para deliberação conclusiva pelo Conselho Deliberativo. Nas reuniões mensais são deliberadas e avaliadas as questões: previdenciárias, fiscais, financeiras e administrativas, visando a implantação de boas práticas de gestão e governança, com o intuito de que o CaraguaPrev desenvolva uma boa gestão previdenciária e administrativa e efetue os investimentos conforme as normas vigentes e de maneira eficaz, levando em conta sua finalidade essencial, que é assegurar os direitos aos participantes beneficiários segurados do sistema, que é o pagamento dos benefícios previdenciários.

O Relatório Mensal de Investimentos do CaraguaPrev tem o intuito de informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos do Plano Previdenciário, detalhando os ativos financeiros que o compõe, inclusive quanto aos indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos.

Participantes da Gestão do CaraguaPrev no mês avaliado:

Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos possuem certificação por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função, conforme requisitos mínimos exigidos no artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022 ou norma que a complementa, atualize ou substitua.

Conselho Deliberativo:

- Alex Catapani (Presidente do Conselho Deliberativo), (Certificação TOTUM);
- Gabriela Cristina da Silva Coelho, (Certificação TOTUM);
- Benedita Auxiliadora de Moraes (Certificação TOTUM);
- Valeria Regina Rodrigues de Lima (Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);
- Marcia Denise Gusmão Coelho (Certificação TOTUM);
- Margarete Soares de Oliveira (Certificação TOTUM).

Conselho Fiscal:

- Cristiano Paulo Silva (Presidente do Conselho Fiscal, Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto Fernandes (Certificação profissional CPA-10, Certificação TOTUM);
- Marcia Regina Paiva Silva (Certificação TOTUM);
- Marcus da Costa Nunes Gomes (Certificação TOTUM).

Comitê de Investimentos:

- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Presidente do Comitê de Investimentos, Certificação TOTUM);
- Pedro Ivo de Sousa Tau (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);

Diretoria Executiva:

- Pedro Ivo de Sousa tau (Presidente do CaraguaPrev, Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Diretor Financeiro, Certificação TOTUM);
- Rose Ellen de Oliveira Faria (Diretora de Benefícios, Certificação TOTUM); e
- Paulo Henrique Passos do Nascimento (Diretor Administrativo, Certificação TOTUM);

O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado ao Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no site <http://cadprev.previdencia.gov.br>, contém todas as informações sobre as aplicações financeiras nas Instituições Financeiras, obedecendo



a Resolução do Conselho Monetário Nacional e a Política Anual de Investimentos do CaraguaPrev.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

BRASIL: No mês de janeiro de 2026 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa, renda variável e os investimentos estruturados apresentaram performances positivas no mês. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 1,12%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,79%, ou seja, a meta atuarial foi superada em 0,33% acima do seu p.p. indexador. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,33% no mês, o resultado de janeiro veio levemente acima das projeções dos economistas. O Banco Central (BC) manteve a Selic em 15% a.a. em sua reunião de 2026. Janeiro evidenciou maior divergência entre regimes de política monetária e estágios distintos do ciclo econômico, com desempenho particularmente favorável no Brasil. A combinação de (i) dólar mais fraco, (ii) melhora do apetite global por risco e (iii) sinalização mais clara do Banco Central quanto ao início do processo de flexibilização monetária a partir de março, favoreceu fluxos, resultando em apreciação cambial e recuperação expressiva de ativos locais, tanto em renda fixa quanto, particularmente, em renda variável. Apesar do ambiente externo mais benigno, a sustentabilidade desses fluxos segue condicionada à evolução do cenário global, à condução da política monetária nos EUA e, no caso brasileiro, à preservação da credibilidade do arcabouço macroeconômico ao longo de 2026 e suas perspectivas para 2027 em diante. O Ibovespa iniciou o ano mantendo uma trajetória firme de alta e renovando máximas históricas de forma recorrente. O principal motor desse movimento tem sido o forte fluxo de capital estrangeiro, que hoje se consolidou como o grande protagonista dessa valorização.

GERAL: O início de 2026 foi marcado por uma combinação de eventos relevantes no cenário macroeconômico e político global, além de uma reprecificação de riscos, em um ambiente ainda caracterizado por crescimento resiliente nos Estados Unidos e desinflação gradual, porém heterogênea, nas principais economias. O cenário econômico global em janeiro de 2026 é caracterizado por um crescimento moderado (estimado em torno de 2,7% a 3,3%), marcado por juros elevados que começam a ceder e intensas incertezas geopolíticas. A inteligência artificial (IA) e a transição energética dominam as agendas, enquanto a inflação mostra comportamento desigual entre bens e serviços.



COMENTÁRIO DO MÊS:

MERCADOS INTERNACIONAIS

“No final de janeiro, o presidente dos EUA anunciou que Kevin Warsh assumirá a presidência do Federal Reserve após o término do mandato de Jerome Powell, em maio. O novo presidente foi assistente especial para política econômica de 2002 a 2006 e atuou como diretor do Fed entre 2006 e 2011, período que incluiu a resposta à crise financeira global. Nos últimos anos, ele tem sido crítico do Fed, especialmente em relação à expansão do balanço e ao excesso de liquidez injetado na economia. Porém, dentre as opções cogitadas é percebido pelo mercado como aquela que traz menos risco à independência do Federal Reserve. Devendo permanecer como presidente até maio de 2030.

Ainda em relação à política monetária, o Federal Reserve optou por manter a taxa de juros estável no intervalo de 3,5%-3,75% a.a. em janeiro, encerrando o ciclo de cortes, conforme amplamente antecipado e em linha com o tom da última ata. A principal mudança na comunicação do Fed foi a de avaliação acerca do mercado de trabalho e do ritmo de crescimento da economia, que segue mostrando resiliência. Assim, considerando o balanço de riscos, o comitê indicou maior preocupação com a inflação – o CPI encerrou o ano passado em 2,7% a/a, acima da meta de 2% pelo quinto ano consecutivo.

Dados recentes ainda mostram pressão na inflação aos produtores (PPI), que registrou alta de 3% a/a em dezembro, acima do esperado, com grande contribuição do núcleo de bens (excluindo alimentos e energia). Esse resultado corrobora a leitura de que os preços aos produtores permanecem pressionados, como consequência das tarifas de importação e do aumento dos preços de commodities. Esse aumento pode ser parcialmente repassado para os consumidores nos próximos meses, mantendo riscos relacionados à inflação.

No campo político, o Governo dos EUA passou por uma breve paralisação parcial no início de fevereiro, devido às negociações para aprovar novamente o pacote temporário de gastos para agências que ainda não tiveram o orçamento definitivo aprovado. A paralisação aconteceu após o Senado atrasar a aprovação do pacote, devido ao impasse sobre o financiamento do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE) entre a gestão atual e dos democratas, e encerrou após a Câmara dos Representantes aprová-lo alguns dias depois. O pacote aprovado



assegura o financiamento das agências até o dia 30 de setembro.

Além disso, temas geopolíticos e comerciais voltaram a afetar a previsibilidade do ambiente econômico nos EUA. O presidente reacendeu debates geopolíticos, como a eventual anexação da Groenlândia, ao mesmo tempo em que renovou ameaças de imposição de tarifas adicionais sobre parceiros comerciais. Esse ambiente de maior incerteza institucional e comercial tem contribuído para o enfraquecimento do dólar. Desde o início do ano passado, o DXY – que mede o desempenho da moeda americana frente a uma cesta de moedas de países desenvolvidos – acumula queda de 11,5%, movimento que ocorreu em paralelo a uma forte valorização dos metais preciosos, com o ouro avançando 73,7% e a prata com alta de 190%.

Na reunião de fevereiro, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu novamente pela manutenção das taxas de juros. O discurso da presidente do BCE, após a decisão, reforçou a resiliência da economia europeia, mas alertou que a incerteza está alta, considerando a elevada volatilidade global – consequência dos conflitos comerciais e geopolíticos – e o Euro fortalecido. A postura do BCE manteve-se, assim, alinhada com aquela dos últimos meses, indicando uma atitude vigilante em relação aos riscos relacionados a questões institucionais e avaliando que os riscos para crescimento e inflação são balanceados. Nesse sentido, o BCE seguirá tomando decisões com base nos dados, sem pré-compromisso de trajetória de juros.”

BRASIL

“Em sua reunião de janeiro, o Copom manteve a taxa Selic em 15% a.a., em decisão unânime e em linha com o consenso de mercado. No entanto, o comitê promoveu uma mudança relevante de comunicação. Dentre outros pontos, houve maior ênfase no avanço do processo de desinflação e maior confiança na desaceleração da economia e nos impactos da política monetária. Porém, o ponto alto foi o retorno do forward guidance, com o comitê sinalizando abertamente em seu comunicado a possibilidade do início de um ciclo de afrouxamento monetário na reunião de 18 de março. Na ata divulgada, o Copom seguiu reforçando a estratégia de calibrar os juros e afirmando que manterá a taxa básica em um nível de “restrição adequada”. Dito isso, apesar de sugerir que estará aberto a determinar a magnitude e a duração do ciclo ao longo do tempo, o comitê se mostrou atento a sinais mistos sobre o ritmo de acomodação da atividade e, em especial, ao dinamismo no mercado de trabalho. Com isso, o mercado espera um início do ciclo de corte com 50pb e com poucas chances de ajustes mais intensos no curto prazo, entretanto, não é descartado completamente um início de ciclo mais cauteloso a depender dos dados até a próxima reunião.



Os dados mais recentes reforçam o diagnóstico de desaceleração gradual da atividade econômica, com perda de tração mais evidente nos setores sensíveis ao crédito e à renda, enquanto o mercado de trabalho segue resiliente. Indicadores antecedentes sugerem moderação do consumo das famílias e do investimento privado, compatível com o elevado grau de restrição monetária. No campo inflacionário, a inflação cheia e as medidas subjacentes permanecem em trajetória de desinflação, embora em ritmo desigual, com os preços de serviços mostrando desaceleração mais lenta. Ainda assim, a composição recente dos índices e a melhora gradual das expectativas reforçam a leitura de convergência, sustentando o espaço para o início do ciclo de flexibilização monetária, desde que não haja reversão relevante nas expectativas de inflação ou maior pressão nos serviços diante do mercado de trabalho apertado.

No setor externo, o Brasil segue apresentando um superávit comercial robusto, sustentado por exportações de commodities agrícolas e metálicas. As importações cresceram de forma moderada, refletindo a desaceleração da demanda doméstica apesar da apreciação cambial recente. Esse quadro tem sido acompanhado por fluxos cambiais favoráveis, com entrada líquida tanto via balança comercial quanto pela conta financeira, apoiada pelo elevado diferencial de juros e pelo maior apetite por ativos emergentes. Como resultado, o real apresentou apreciação adicional, contribuindo para o processo desinflacionário na margem e reduzindo pressões de curto prazo sobre os preços de bens negociáveis internacionalmente, ainda que a sustentabilidade desse movimento dependa da evolução do cenário externo ao longo do ano.

Do lado fiscal, o Resultado Primário do Governo Central registrou superávit de R\$ 22,1 bilhões, acima do consenso de superávit de R\$ 14,4 bilhões, porém abaixo do superávit de R\$ 25,1 bilhões registrado em dezembro de 2024. No ano, acumulou déficit primário de R\$ 61,7 bilhões, pior que o déficit de R\$ 42,9 bilhões em 2024. Contudo, excluindo as despesas primárias não sujeitas à meta, de R\$ 48,7 bilhões, o déficit primário é de R\$ 13 bilhões (ante R\$ 14 bilhões em 2024), dentro da banda inferior da meta primária. Assim, o governo cumpre oficialmente a meta estabelecida pelo arcabouço fiscal. Entretanto, o arcabouço perdeu credibilidade ao ser reiteradamente flexibilizado por exceções e sinais políticos de menor compromisso com o ajuste, em um contexto de gasto rígido e dívida crescente. Além disso, o desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas permanece e é maior que o resultado oficial. As receitas líquidas cresceram ao ritmo de 2,8% em 2025, enquanto o total de despesas cresceu 3,4%, refletindo, em parte, a contração de 7,6% nos investimentos. O empoçamento de despesas aumentou, e os restos a pagar para 2026 são superiores aos de 2025. Em 2026, haverá R\$ 289,3 bilhões de despesas empenhadas em 2025.



Para monitorar: a escolha de novos diretores do Banco Central, os dados da pesquisa Focus e de atividade econômica e inflação.”

(Fonte Relatório Macroeconômico i9 Advisory/ LDB Consultoria).

3. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2026							2027							2028						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,06	4,00	3,99	▼ (4)	150	3,90	52	3,80	3,80	3,80	= (13)	140	3,66	49	3,50	3,50	3,50	= (13)	112		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,80	1,80	1,80	= (8)	116	1,82	29	1,80	1,80	1,80	= (5)	90	1,80	23	2,00	2,00	2,00	= (99)	81		
Câmbio (R\$/US\$)	5,50	5,50	5,50	= (16)	129	5,45	37	5,50	5,51	5,50	▼ (1)	123	5,42	35	5,52	5,52	5,52	= (5)	90		
Selic (% a.a)	12,25	12,25	12,25	= (6)	149	12,00	48	10,50	10,50	10,50	= (51)	136	10,00	42	9,75	10,00	10,00	= (2)	110		
IGP-M (variação %)	3,95	3,87	3,92	▲ (1)	69	3,90	20	4,00	4,00	4,00	= (55)	63	4,00	18	3,85	3,85	3,85	= (9)	55		
IPCA Administrados (variação %)	3,73	3,76	3,75	▼ (1)	97	3,55	27	3,71	3,71	3,71	= (4)	75	3,89	20	3,50	3,50	3,50	= (10)	59		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-67,00	-67,80	-67,90	▼ (1)	38	-63,30	4	-65,00	-65,00	-65,00	= (8)	34	-59,60	4	-63,61	-64,20	-64,20	= (1)	25		
Balança comercial (US\$ bilhões)	66,00	67,65	67,65	= (1)	40	70,00	5	70,00	71,55	71,55	= (1)	34	74,85	4	70,00	74,00	74,00	= (1)	28		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	74,00	74,85	74,35	▼ (2)	36	74,00	5	77,93	78,50	78,50	= (1)	34	75,50	5	79,00	80,00	79,00	▼ (1)	25		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	70,23	70,36	70,32	▼ (1)	57	70,00	11	73,77	73,80	73,80	= (2)	53	73,40	11	76,00	76,16	76,16	= (1)	44		
Resultado primário (% do PIB)	-0,55	-0,53	-0,53	= (3)	66	-0,50	12	-0,40	-0,40	-0,40	= (1)	58	-0,50	12	-0,19	-0,20	-0,20	= (1)	45		
Resultado nominal (% do PIB)	-8,66	-8,60	-8,60	= (2)	57	-9,01	10	-7,90	-7,85	-7,85	= (1)	48	-8,50	10	-7,20	-7,50	-7,50	= (1)	37		

* arredondamento das informações dadas no Enxerto-Dalstein da Matriz do anterior no valor entre parênteses aparece o número de semanas em que se mantém o último comentário; ** arredondamento nos últimos 30 dias; *** arredondamento nos últimos 30 dias

Relatório Focus de 30.01.2026. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

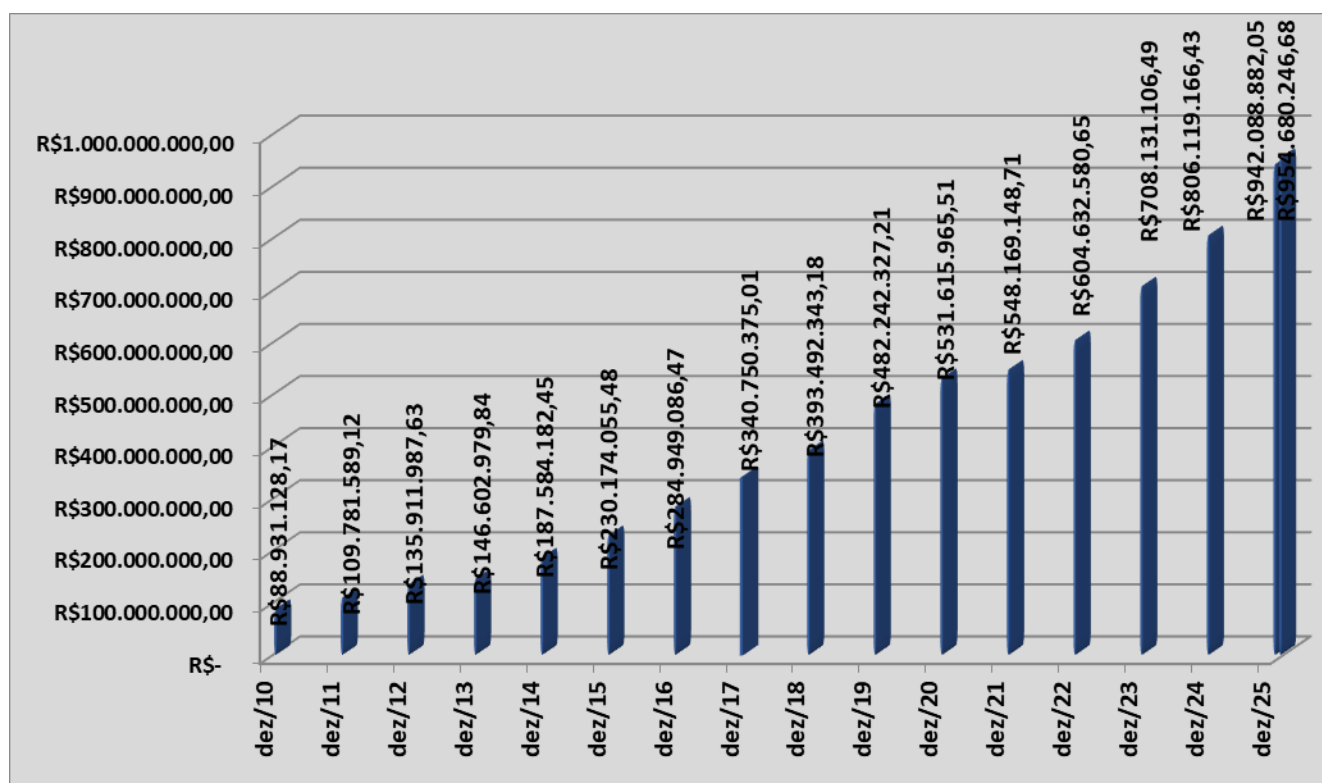
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do CaraguáPrev encerrou o mês com o patrimônio total de **R\$ 954.680.246,68** (novecentos e cinquenta e quatro milhões e seiscentos e oitenta mil e duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

É composta por ativos que estão vinculados ao seu respectivo Plano Previdenciário, também compõe a carteira de investimentos os recursos oriundos da taxa de administração, que são utilizados na manutenção dos serviços e pagamento de pessoal da autarquia. O Plano Previdenciário possui meta atuarial estabelecida, sendo este um fundo previdenciário em regime de capitalização dos recursos, este relatório dará enfoque aos ativos a ele vinculados.



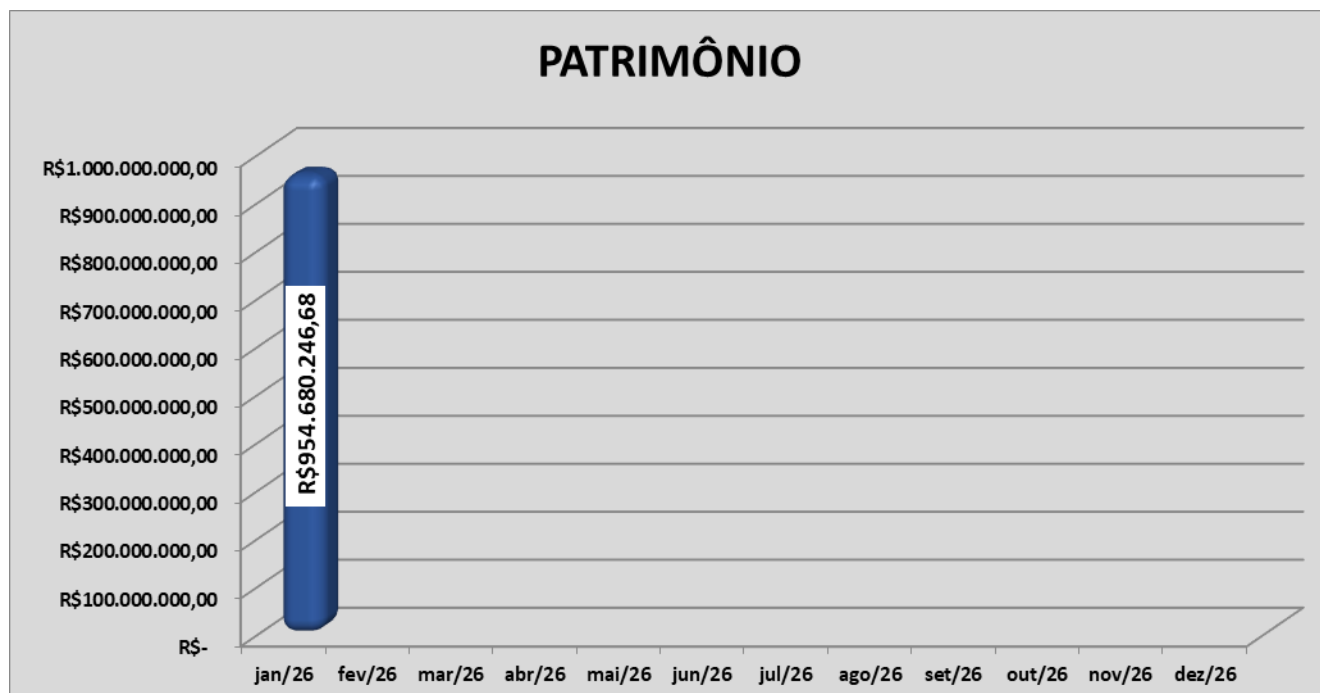
Evolução Patrimonial da Carteira de Investimentos (R\$ mil)



ANO	PATRIMÔNIO
dez/01	R\$ 2.332.587,11
dez/02	R\$ 6.251.543,12
dez/03	R\$ 11.583.959,19
dez/04	R\$ 15.612.385,27
dez/05	R\$ 23.150.759,30
dez/06	R\$ 33.449.995,07
dez/07	R\$ 43.229.470,44
dez/08	R\$ 54.472.562,31
dez/09	R\$ 68.086.783,86
dez/10	R\$ 88.931.128,17
dez/11	R\$109.781.589,12
dez/12	R\$135.911.987,63
dez/13	R\$146.602.979,84
dez/14	R\$187.584.182,45
dez/15	R\$230.174.055,48
dez/16	R\$284.949.086,47
dez/17	R\$340.750.375,01
dez/18	R\$393.492.343,18
dez/19	R\$482.242.327,21
dez/20	R\$531.615.965,51
dez/21	R\$548.169.148,71
dez/22	R\$604.546.473,82
dez/23	R\$708.131.106,49



dez/24	R\$806.119.166,43
dez/25	R\$942.088.882,05
jan/26	R\$954.680.246,68

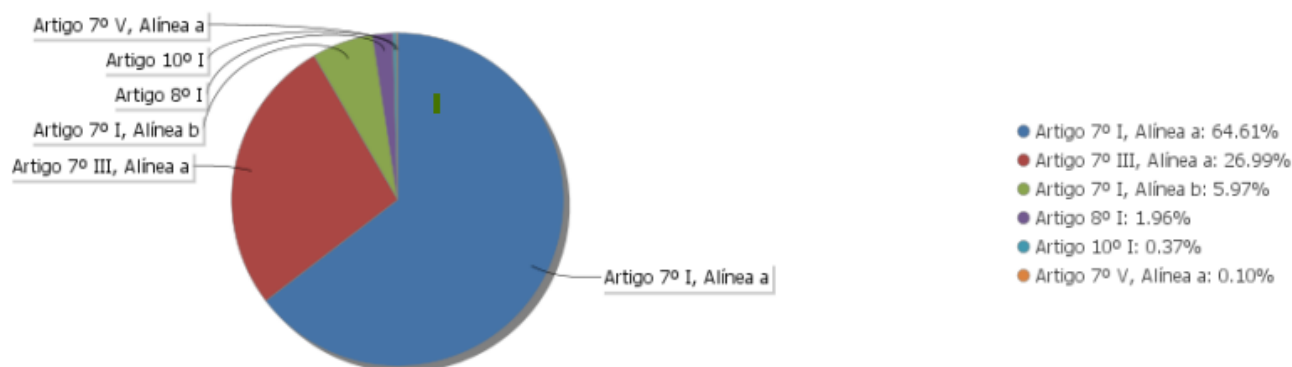


Mês 2026	PATRIMÔNIO
jan/26	R\$ 954.680.246,68

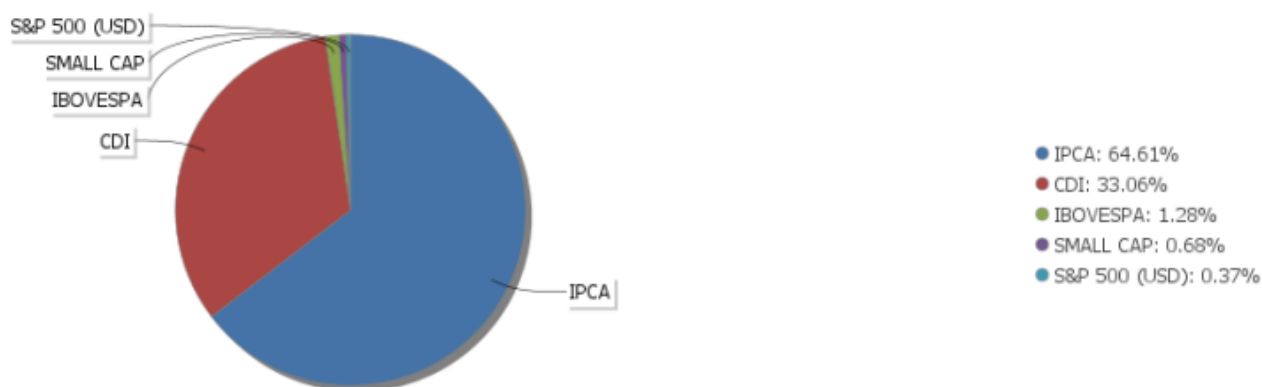
4.1 ESTUDO ALM

O estudo de Asset Liability Management (ALM) foi realizado na data de 29/08/2025, onde foram estudados os patamares de riscos x retorno (fronteira eficiente Markowitz).

4.2 Alocação por Artigo – Resolução CMN.



4.3 Alocação por Estratégia



4.3 Conceitos de Classes de Ativos, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.963/2021 e alterações. – Pro Gestão nível IV

- 4.3.1 Artigo 7º I, Alínea a: até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic);
- 4.3.2 Artigo 7º I, Alínea b: até 100% (cem por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;
- 4.3.3 Artigo 7º, III, "a" Fundos de Investimento de Renda Fixa - até 80% (oitenta por cento) no somatório dos seguintes ativos: a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa); cotas de fundos de investimento classificados como renda



fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa).

- 4.3.4 Artigo 7º, V, “a”- até 20% (vinte por cento) em: a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
- 4.3.5 Artigo 8º I - No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 50% (cinquenta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);
- 4.3.6 Art. 9º, II - No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de: II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
- 4.3.7 Art. 9º, III - No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de: III - cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 4.3.8 Art. 10, I - No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes: I - até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);



5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12												1,12
IPCA + 5,68%	0,79												0,79
p.p. indexador	0,33												0,33
2025	1,15	0,92	1,26	1,22	1,10	0,85	0,94	0,89	0,99	1,03	0,87	0,96	12,90
IPCA + 5,25%	0,81	1,72	0,95	0,84	0,89	0,65	0,73	0,32	0,93	0,56	0,57	0,78	9,74
p.p. indexador	0,54	-0,80	0,31	0,39	0,42	0,20	0,21	0,57	0,06	0,48	0,31	0,18	3,16
2024	0,83	1,12	0,91	0,24	0,89	1,26	1,00	0,72	0,57	0,83	0,67	0,81	9,85
IPCA + 5,02%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,12
p.p. indexador	-0,22	-0,08	0,36	-0,57	0,02	0,65	0,17	0,31	-0,28	-0,18	-0,09	-0,32	-0,26
2023	1,75	-0,11	0,96	0,97	1,66	1,53	0,99	0,35	0,50	0,40	1,81	1,45	12,95
IPCA + 5,03%	0,96	1,19	1,16	0,96	0,66	0,33	0,53	0,68	0,65	0,65	0,67	0,95	9,82
p.p. indexador	0,79	-1,30	-0,20	0,00	1,00	1,20	0,46	-0,33	-0,15	-0,25	1,14	0,50	3,13
2022	-0,53	-0,27	2,35	-1,70	1,01	-1,73	2,27	0,51	-0,83	2,08	0,78	-0,10	3,79
IPCA + 4,90%	0,95	1,38	2,05	1,43	0,90	1,08	-0,28	0,08	0,12	0,98	0,80	1,05	11,04
p.p. indexador	-1,48	-1,65	0,30	-3,13	0,11	-2,81	2,54	0,42	-0,95	1,10	-0,02	-1,15	-7,25
2021	-0,94	-1,45	0,38	1,02	1,49	0,37	-0,80	-0,98	-1,64	-1,55	1,37	1,32	-1,47
IPCA + 5,46%	0,67	1,24	1,42	0,73	1,28	0,98	1,43	1,34	1,81	1,68	1,38	1,22	16,05
p.p. indexador	-1,61	-2,69	-1,04	0,29	0,21	-0,60	-2,23	-2,32	-3,25	-3,23	0,00	0,10	-17,51
2020	0,26	-1,20	-8,82	2,26	2,04	2,80	3,94	-1,32	-1,68	-0,06	3,29	4,43	5,12
IPCA + 5,89%	0,71	0,66	0,57	0,14	0,07	0,74	0,89	0,72	1,12	1,34	1,35	1,86	10,65
p.p. indexador	-0,45	-1,86	-9,40	2,11	1,97	1,86	3,06	-2,04	-2,80	-1,40	1,94	2,58	-5,52
2019	1,51	0,37	0,41	0,94	1,99	2,58	1,16	0,11	1,85	2,11	-0,78	2,17	15,34
IPCA + 6,00%	0,83	0,90	1,19	1,06	0,64	0,45	0,72	0,62	0,45	0,83	0,98	1,64	10,59
p.p. indexador	0,68	-0,53	-0,78	-0,12	1,35	2,13	0,44	-0,51	1,40	1,47	-1,75	0,52	4,75

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	45	52,94
Meses abaixo - Meta Atuarial	40	47,06
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	4,43	2020-12
Menor rentabilidade da Carteira	-8,82	2020-03

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	2,98	2,15	0,82	0,35
06 meses	6,01	4,01	2,00	0,31
12 meses	12,86	9,94	2,92	0,50
24 meses	24,62	20,77	3,85	0,81
36 meses	39,21	32,48	6,73	1,17
48 meses	47,81	47,13	0,68	2,72
60 meses	46,24	71,20	-24,96	3,56

Em janeiro/2026, a carteira de investimentos do plano previdenciário obteve rentabilidade de 1,12% e a meta atuarial do mês foi de 0,79%. No acumulado do ano corrente a rentabilidade foi de 1,12% e a meta atuarial do ano foi de 0,79%.

Nos últimos 12 meses a rentabilidade foi de 12,86% e no acumulado dos últimos 24 meses a rentabilidade do plano previdenciário foi de 24,62%, acima da meta atuarial que foi de 20,77%.

A linha intitulada “Meta Atuarial” informa a meta de rendimento positivo estabelecido para o



plano previdenciário a partir da avaliação técnica atuarial anual, que hoje é de IPCA + 5,68%.

6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS

6.1 FUNDOS DE RENDA FIXA E TÍTULOS PÚBLICOS.

RENDA FIXA							97,67%
Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)							
Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
			Dia	Mês	Ano		
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150826 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,93	0,93	92.556.978,93	9,70
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150527 (Curva) ⁽¹⁾	0,32	0,04	0,93	0,93	74.196.687,40	7,77
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150828 (Curva) ⁽¹⁾	0,32	0,04	0,90	0,90	86.054.394,89	9,01
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150830 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,86	0,86	22.365.195,21	2,34
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150832 (Curva) ⁽¹⁾	0,32	0,05	0,81	0,81	43.942.105,67	4,60
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150533 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,94	0,94	20.306.634,46	2,13
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150535 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,78	0,78	40.729.104,10	4,27
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150840 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,83	0,83	39.805.056,01	4,17
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150545 (Curva) ⁽¹⁾	0,31	0,04	0,78	0,78	59.859.160,30	6,27
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150850 (Curva) ⁽¹⁾	0,32	0,03	0,81	0,81	113.532.449,06	11,89
TESOURO NACIONAL	› NTN-B 150555 (Curva) ⁽¹⁾	0,33	0,02	0,79	0,79	23.470.722,18	2,46
Sub-total Artigo 7º I, Alínea a		0,31	0,04	0,86	0,86	616.818.488,21	64,61



Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,16	1,16	43.036.958,90	4,51	45.482.846.033,56	0,09
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM RF REF DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,05	1,16	1,16	13.975.685,08	1,46	9.779.485.217,17	0,14
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			0,04	0,05	1,16	1,16	57.012.643,98	5,97		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB INSTITUCIONAL FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	0,09	0,06	1,20	1,20	27.587.525,16	2,89	3.213.323.175,74	0,86
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,20	1,20	77.077.360,45	8,07	23.715.364.553,37	0,33
BRABESCO	BRABESCO	BRABESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESP LIMITADA	0,04	0,06	1,18	1,18	3.246.473,23	0,34	29.748.941.735,63	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO - RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,17	1,17	54.331.061,58	5,69	23.935.950.970,63	0,23
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,07	0,05	1,20	1,20	31.967.145,68	3,35	9.281.850.070,74	0,34
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RENDA FIXA LP FIF CIC RESP LIMITADA	1,06	0,04	1,62	1,62	5.177.542,67	0,54	1.907.007.557,88	0,27
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,17	1,17	45.089.950,49	4,72	8.417.655.648,50	0,54
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,17	1,17	13.228.799,44	1,39	4.716.282.271,81	0,28
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,05	0,06	1,19	1,19	257.705.858,70	26,99		



Artigo 7º V, Alínea a (FIDC Cota Sênior)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
VILA RICA	BRL DTVM	FIDC ITALIA SENIOR *	9,00	-0,10	-0,10	-0,10	943.513,44	0,10	36.957.269,08	2,55
Sub-total Artigo 7º V, Alínea a			9,00	-0,10	-0,10	-0,10	943.513,44	0,10		
Renda Fixa			0,20	0,04	0,97	0,97	932.480.504,33	97,67		

Os investimentos em Renda Fixa que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por Títulos Públicos Federais – art. 7º, I, alínea “a”, FUNDOS 100% TITULOS PUBLICOS - ART. 7º, I, alínea “b”, FUNDOS DE RENDA FIXA – ART. 7º, III, alínea “a” e Cota Sênior de FIDC, ART. 7º, V, alínea “a”, representam 97,82% da Carteira de Investimentos. (*Resolução CMN n.º 4.963/21*).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Fixa foi de 0,97%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,79%, enquanto que no ano a performance desses fundos é de 0,97%, acima da meta atuarial anual.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- Títulos do Tesouro Nacional, que representam 64,61% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial;
- Fundos 100% Títulos Públicos que representam 5,97% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano, com aprovação da Política de Investimentos para alocação no segmento;
- Fundos Renda Fixa que representam 26,99% da carteira do Instituto, apresentaram



rentabilidade acima da meta atuarial no mês e do ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial;

- d) FIDC Cota Sênior que representa 0,10% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês e no ano, com manutenção da posição atual.

6.2 FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL – AÇÕES

RENDA VARIÁVEL

1,96%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BRADESCO	BEM	BRADESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS RESP LIMITADA	15,75	0,35	7,83	7,83	6.450.214,42	0,68	240.762.313,09	2,68
BRADESCO	BEM	BRADESCO SELECTION FIF CIC AÇÕES RESP LIMITADA	17,73	-0,24	10,84	10,84	3.543.769,05	0,37	233.142.546,35	1,52
ITAU	ITAU	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 II FIF CIC RESPONSABILIDADE LIMITADA	16,39	-0,92	9,75	9,75	8.704.918,49	0,91	75.519.300,53	11,53
Sub-total Artigo 8º I			15,67	-0,36	9,28	9,28	18.698.901,96	1,96		
Renda Variável			15,67	-0,36	9,28	9,28	18.698.901,96	1,96		

Os Fundos de renda variável - AÇÕES que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por FUNDOS DE AÇÕES - ART. 8º, I e representa 1,96% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 4.963/21).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Variável foi de 9,28%, acima da meta atuarial do mês 0,79%, enquanto que no ano a performance desses fundos é de 9,28%, acima da meta anual.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:



- e) Fundos de Ações que representam 1,96% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial do mês e acima da meta no ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção e desinvestimento gradativo, o que já está sendo feito.

6.3 FUNDOS ESTRUTURADOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS										0,37%
Artigo 10º I (Fundos Multimercados)										
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	17,90	-0,41	1,32	1,32	3.500.840,39	0,37	2.205.262.487,31	0,16
Sub-total Artigo 10º I			17,90	-0,41	1,32	1,32	3.500.840,39	0,37		
Investimentos Estruturados			17,89	-0,41	1,32	1,32	3.500.840,39	0,37		

O Investimento Estruturado, Fundo Multimercado - ART. 10, I, que compõem a carteira do CaraguaPrev representa 0,37% da Carteira de Investimentos. (*Resolução CMN n.º 4.963/21*).

No mês avaliado a rentabilidade dos Investimentos Estruturados é de 1,32%, acima da meta atuarial do mês e do ano.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,37% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável.

7 PERSPECTIVAS

Renda Fixa: Em pós-fixados, títulos públicos e privados atrelados ao CDI ou à Selic devem



continuar apresentando retornos elevados, acima da inflação. Apesar do ciclo de corte de juros que deverá reduzir a Selic para aproximadamente 12,5% ao ano, o retorno em relação ao risco dessa classe de ativo deverá se manter atrativo. Com o ciclo de queda da Selic adiante, surgem oportunidades para o investimento em títulos prefixados. A história indica que investir nesse tipo de título em momentos que antecipam um ciclo de queda dos juros tende a significar retornos acima do CDI no período subsequente. Vale destacar que essa performance considera que o investidor mantenha os títulos até o vencimento. Os títulos atrelados ao IPCA (os tradicionais IPCA+) seguem uma das proteções mais eficientes contra a perda do poder de compra ao longo do tempo. Mas, além do papel defensivo, o momento atual oferece uma combinação particularmente favorável para quem busca esse tipo de investimento.

Renda Variável: O Ibovespa iniciou o ano mantendo uma trajetória firme de alta e renovando máximas históricas de forma recorrente. O principal motor desse movimento tem sido o forte fluxo de capital estrangeiro, que hoje se consolidou como o grande protagonista dessa valorização. Em um ambiente global marcado pela discussão sobre o enfraquecimento do dólar e pela busca por diversificação fora dos EUA, países com taxas atrativas, diferencial de juros elevado e ativos descontados, ganham destaque. Nesse contexto, o Brasil se encaixa de forma bastante favorável, com o adicional de que os juros devem começar a cair em breve por aqui. Por fim, vale destacar que é natural que a aproximação do calendário eleitoral traga episódios de maior volatilidade ao longo do ano.

Investimentos Estruturados e Exterior: janeiro reforçou a dinâmica de rotação no mundo dos investimentos, com enfraquecimento do dólar e desempenho superior das bolsas de países emergentes, enquanto os mercados desenvolvidos apresentaram uma performance mais moderada. Esse movimento reflete a busca por maior diversificação geográfica após anos de forte concentração nos Estados Unidos. Apesar do aumento das incertezas institucionais e fiscais, o mercado americano segue como peça central dos portfólios globais, sustentado por investimentos na cadeia de inteligência artificial, avanços na agenda de desregulação e a perspectiva de um ciclo gradual de afrouxamento monetário. Ao mesmo tempo, fatores como o calendário eleitoral, riscos comerciais, sinais de moderação no impulso da IA e a evolução do consumo recomendam maior seletividade. Por fim, reforçamos a importância da diversificação geográfica como elemento central da estratégia. Mercados como China e outros emergentes, que reúnem fundamentos sólidos e preços mais atrativos, tendem a permanecer no radar dos investidores globais em um ambiente de rotação seletiva de capital.



8 GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%	Value-At-Risk (R\$): 2.449.854,13	Value-At-Risk: 0,26%
--	-----------------------------------	----------------------

	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,27	0,21		0,15	-8,62	12,20	932.480.504,33	97,67
Artigo 8º	15,67	8,95		0,11	1,57	39,01	18.698.901,96	1,96
Artigo 10º	17,89	4,82		0,00	0,52	23,71	3.500.840,39	0,37
CARAGUATATUBA	0,50	0,26		0,26	-3,26	12,86	954.680.246,68	100,00

Conforme demonstrado acima representa a volatilidade da carteira para uma média móvel dos últimos 21 dias.

8.1 Índice de Sharpe

O Índice de Sharpe é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

8.2 VaR

O VaR, ou Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Ou seja, através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

8.3 Volatilidade

A volatilidade é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade e frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o



histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

9 TABELA DE LIQUIDEZ

CARAGUATATUBA					30/01/2026
ANÁLISE DE LIQUIDEZ					
Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	329.156.839,98	34,48	329.156.839,98	34,48	
de 31 dias a 365 dias	101.261.897,42	10,61	430.418.737,40	45,09	
acima de 365 dias	524.261.509,28	54,91	954.680.246,68	100,00	

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. A liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.

A tabela de liquidez mostra a relação entre o percentual da carteira e o seu respectivo nível de liquidez. Neste caso, 34,48% da carteira de investimentos do CaraguaPrev possui liquidez de até 30 dias, que podem ser resgatados e monetizados dentro desse período de tempo.



10 RENTABILIDADE POR ARTIGO

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,86 73,62	0,86 73,62	2,28 65,67	4,53 61,98	11,02 76,05	5.241.363,28	0,55	5.241.363,28
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	1,16 99,92	1,16 99,92	3,46 99,55	7,28 99,53	14,41 99,43	646.746,79	0,07	646.746,79
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	1,19 102,50	1,19 102,50	3,51 100,90	7,32 100,19	14,57 100,53	3.059.735,40	0,32	3.059.735,40
Artigo 7º V, Alínea a % do CDI	-0,10 -8,45	-0,10 -8,45	-7,95 -228,56	-5,96 -81,55	5,92 40,89	-929,24	0,00	-929,24
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	9,28 -3,28	9,28 -3,28	16,65 -4,63	30,61 -5,69	39,01 -4,77	1.588.366,75	0,17	1.588.366,75
Artigo 10º I % do CDI	1,32 113,30	1,32 113,30	3,61 103,75	14,32 195,94	23,71 163,62	45.573,02	0,00	45.573,02
Artigo 7º	0,97	0,97	2,73	5,57	12,34	8.946.916,23	0,95	8.946.916,23
Artigo 8º	9,28	9,28	16,65	30,61	39,01	1.588.366,75	0,17	1.588.366,75
Artigo 10º	1,32	1,32	3,61	14,32	23,71	45.573,02	0,00	45.573,02
CARAGUATATUBA (Total)						10.580.856,00	1,12	10.580.856,00

➤ **“Resultado positivo de R\$ 10.580.856,00”.**

A carteira de investimentos do CaraguáPrev apresentou, em janeiro de 2026, rentabilidade positiva de 1,12%, resultando em ganho financeiro de R\$ 10.580.856,00 (dez milhões e quinhentos e oitenta mil e oitocentos e cinquenta e seis reais).

No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 1,12%, superando a meta atuarial em 0,33 pontos percentuais.



CARAGUATATUBA

30/01/2026

ALOCÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25
Renda Fixa	97,67	97,82	97,58	97,68	97,91	97,95
Renda Variável	1,96	1,82	2,05	1,95	1,95	1,91
Investimentos Estruturados	0,37	0,37	0,36	0,37	0,14	0,14

RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25
Renda Fixa	0,97	0,97	0,76	1,02	0,95	0,77
Renda Variável	9,28	0,25	6,47	1,48	3,01	7,11
Investimentos Estruturados	1,32	1,93	0,32	3,11	4,31	2,59

11 MOVIMENTAÇÕES DO MÊS

APR – AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RESGATE

N.º	Data	Origem	Destino	Valor	Motivo
339	05/01/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS FUNDO PREVIDENCIARIO - FUNPREV, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 9999-6	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnpj 13.077.418/0001-49	R\$ 626,59	APLICAÇÃO
340	05/01/2026	Restituição Benefício Previdenciário de Pensionista do CaraguaPrev, Banco Itaú, Ag 0248 C/C 04042-0	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, CNPJ: 00.832.435/0001-00	R\$ 400,00	APLICAÇÃO
341	08/01/2026	Repasse da compensação previdenciária – COMPREV 11/2025, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 9999-6	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnpj 13.077.418/0001-49	R\$ 253.692,08	APLICAÇÃO
342	09/01/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 70.000,00	RESGATE
343	12/01/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS DE SÃO SEBASTIÃO/SP (11/25), Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 9999-6	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, cnpj 13.077.418/0001-49	R\$ 5,23	APLICAÇÃO
344	12/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 12/2025.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 11.273,08	APLICAÇÃO



345	15/01/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da CAMARA 01/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, CNPJ 13.077.418/0001-49	R\$ 47.632,40	APLICAÇÃO
346	16/01/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial CaraguaPrev 01/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, CNPJ 13.077.418/0001-49	R\$ 8.542,40	APLICAÇÃO
347	16/01/2026	Repasse de CARAGUAPREV PATRONAL E SERVIDOR REF. FOLHA COMPLEMENTAR DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 67,62	APLICAÇÃO
348	19/01/2026	Transferência do valor da Taxa de administração correspondente ao mês 01/2026, CEF, Ag 0797	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 977.947,10	APLICAÇÃO
349	19/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal referente ao mês 12/25, CEF	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 5.184.119,60	APLICAÇÃO
350	20/01/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da Prefeitura 01/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, CNPJ 13.077.418/0001-49	R\$ 1.224.710,62	APLICAÇÃO
351	21/01/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 30.000,00	RESGATE
352	29/01/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da FUNDACC 01/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB PREVIDENCIÁRIO RF REF DI LP PERFIL FIC FI, CNPJ 13.077.418/0001-49	R\$ 8.956,05	APLICAÇÃO
353	29/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias do CaraguaPrev, referente ao mês 01/2026, CEF, Ag 0797 C/C Previd	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 45.683,89	APLICAÇÃO
354	29/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da CAMARA, referente ao mês 01/2026, CEF	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 141.871,83	APLICAÇÃO
355	29/01/2026	Resgate para pagamento folha dos ativos 01/26 na CEF, Agência 0797, despesas administrativas.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 280.437,11	RESGATE
356	29/01/2026	Resgate p/ FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. 01/2026 na CEF, AG 0797.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 5.522.183,02	RESGATE
357	30/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Câmara de São Sebastião, referente ao mês 01/2026.	CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, CNPJ: 03.737.206/0001-97	R\$ 4.970,78	APLICAÇÃO
358	30/01/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal – aposentados e pensionistas ref. mês de 01/2026.	ITAU INSTITUCIONAL RF REF DI FI, CNPJ: 00.832.435/0001-00	R\$ 2.629,49	APLICAÇÃO



Houve as Movimentações típicas no período avaliado, com despesas administrativas, despesas previdenciárias, repasse das contribuições sociais e aportes para cobertura do déficit:

12 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A tabela abaixo descreve os limites de aplicação por artigo da Resolução CMN conforme aqueles autorizados pela política de investimentos do CaraguaPrev para o exercício corrente, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste CaraguaPrev, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

Ainda de acordo com os normativos, os investimentos do CaraguaPrev estão em aderência com a Política de Investimentos e de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional.

A Política Anual de Investimentos traz, em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do Instituto.

Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício da Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo e durante a sua vigência, os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2026.

O CaraguaPrev aplicou os seus recursos obedecendo os segmentos de alocação determinados na Política de investimentos, não há investimento diverso.

Portanto, a Política de Investimentos é um instrumento de balizamento e determinou os segmentos dos investimentos a serem alocados com os recursos do CaraguaPrev e os seus limites de alocação, limite mínimo, alocação objetivo e limite superior.



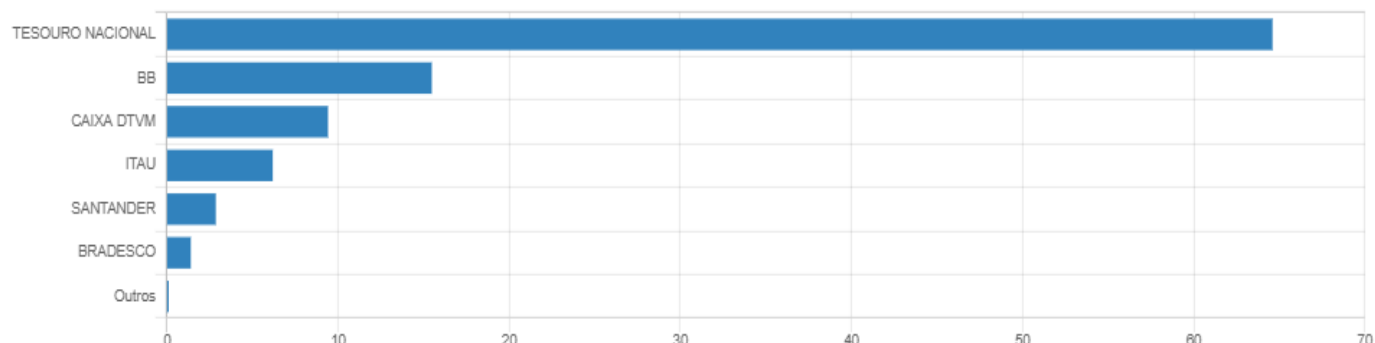
ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

				Política de Investimentos			Pró-Gestão Nível 4	
Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	616.818.488,21	64,61	0,00	56,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	57.012.643,98	5,97	0,00	9,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	257.705.858,70	26,99	0,00	29,85	80,00	0,00	80,00
Artigo 7º V, Alínea a	FIDC Cota Sênior	943.513,44	0,10	0,00	0,15	20,00	0,00	20,00
Total Renda Fixa		932.480.504,33	97,67					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	18.698.901,96	1,96	0,00	1,50	50,00	0,00	50,00
Total Renda Variável		18.698.901,96	1,96					50,00
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	3.500.840,39	0,37	0,00	2,50	15,00	0,00	15,00
Total Investimentos Estruturados		3.500.840,39	0,37					20,00
Total		954.680.246,68	100,00					



13 RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS

ALOCÇÃO POR GESTOR



Gestor	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Mês (R\$)
BB	144.434.537,44	1.544.165,37	0,00	0,00	147.701.844,51	1.723.141,70
BRADESCO	12.387.436,05	0,00	0,00	0,00	13.240.456,70	853.020,65
CAIXA DTVM	88.261.676,76	6.365.933,90	-5.902.620,13	0,00	89.799.047,65	1.074.057,12
ITAU	57.593.063,14	3.029,49	0,00	0,00	58.972.411,65	1.376.319,02
SANTANDER	26.890.601,05	0,00	0,00	0,00	27.204.484,52	313.883,47
TESOURO NACIONAL	611.577.124,93	0,00	0,00	0,00	616.818.488,21	5.241.363,28
VILA RICA	944.442,68	0,00	0,00	0,00	943.513,44	-929,24

14 RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.

Aplicações em Fundos de Investimentos e Títulos Públicos			
JANEIRO – 2026			
FUNDO	CNPJ	VALOR	% RECURSOS
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP	11.046.645/0001-80	25.466.713,36	2,6676



BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP (APORTES 37299-4)	11.046.645/0001-81	17.570.245,54	1,8404
FIDC FECHADO MULTISSETORIAL ITALIA	13.990.000/0001-28	943.513,44	0,0988
CEF FI BRASIL REF DI LP 9999-0 (TX ADMINISTRATIVA)	03.737.206/0001-97	21.822.082,89	2,2858
CEF FI BRASIL REF DI LP 1000-0	03.737.206/0001-97	32.508.978,69	3,4052
CAIXA FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	31.967.145,68	3,3485
SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM	02.224.354/0001-45	13.228.799,44	1,3857
BRADESCO INSTITUCIONAL DI PREMIUM	03.399.411/0001-90	3.246.473,23	0,3401
BB INSTITUCIONAL RF	02.296.928/0001-90	27.587.525,16	2,8897
ITAU INSTIT JANEIRO RF	52.156.446/0001-03	5.177.542,67	0,5423
ITAU INSTIT RF DI	00.832.435/0001-00	45.089.950,49	4,7230
BB PREV RF PERFIL	13.077.418/0001-49	55.241.987,39	5,7864
BB PREV RF PERFIL (APORTES 37299-4)	13.077.418/0001-49	21.835.373,06	2,2872
SANTANDER DI TITULOS PUBLICOS PREMIUM	09.577.447/0001-00	13.975.685,08	1,4639
ITAU ACOES MOMENTO 30 II FIC	42.318.981/0001-60	8.704.918,49	0,9118
BRADESCO FIA SELECTION	03.660.879/0001-96	3.543.769,05	0,3712
BRADESCO FIA SMALL CAP PLUS	06.988.623/0001-09	6.450.214,42	0,6756
CAIXA FI INDEXA BOLSA AMERICANA	30.036.235/0001-02	3.500.840,39	0,3667
Total em Bancos R\$		337.861.758,47	35,3900

TITULOS PUBLICOS FEDERAIS		VALOR INVESTIDO	% RECURSOS
NTN-B - 15/08/2026 (6,353%) - 3.661	2026	17.244.850,66	1,8063
NTN-B - 15/08/2026 (6,400%) - 4.666	2026	21.973.659,05	2,3017
NTN-B - 15/08/2026 (6,700%) - 4.657	2026	21.898.871,97	2,2938
NTN-B - 15/08/2026 (9,730%) - 6.784	2026	31.439.597,25	3,2932
NTN-B - 15/05/2027 (6,22%) - 2.293	2027	10.645.682,24	1,1151
NTN-B - 15/05/2027 (6,09%) - 1.228	2027	5.709.798,37	2,2526
NTN-B - 15/05/2027 (7,30%) - 4.690	2027	21.505.365,10	0,5981
NTN-B - 15/05/2027 (8,37%) - 3.424	2027	15.509.825,26	1,6246
NTN-B - 15/05/2027 (8,630%) - 4.611	2027	20.826.016,43	2,1815
NTN-B - 15/08/2028 (8,17%) - 3.540	2028	15.951.967,81	1,6709
NTN-B - 15/08/2028 (6,353%) - 3.678	2028	17.236.751,47	1,8055
NTN-B - 15/08/2028 (6,22%) - 4.623	2028	21.727.781,29	2,2759
NTN-B - 15/08/2028 (7,03%) - 2.342	2028	10.816.521,30	1,1330
NTN-B - 15/08/2028 (8,29%) - 4.521	2028	20.321.373,02	2,1286
NTN-B - 15/05/2030 (7,93%) - 2.304	2030	10.154.464,75	1,0637
NTN-B - 15/05/2030 (5,708%) - 2.555	2030	12.210.730,46	1,2790
NTN-B - 15/08/2032 (6,07%) - 9.326 APORTES EQUAC DEFICIT	2032	43.942.105,67	4,6028
NTN-B - 15/05/2033 (7,73%) - 4.791	2033	20.306.634,46	2,1271



NTN-B - 15/05/2035 (5,56%) - 3.900	2035	18.741.877,11	1,9632
NTN-B - 15/05/2035 (5,821%) - 4.657	2035	21.987.226,99	2,3031
NTN-B - 15/08/2040 (7,23%) - 2.391	2040	10.147.113,95	1,0629
NTN-B - 15/08/2040 (5,65%) - 213	2040	1.041.269,83	0,1091
NTN-B - 15/08/2040 (5,77%) - 2.538	2040	12.271.272,37	1,2854
NTN-B - 15/08/2040 (6,19%) - 3.511	2040	16.345.399,86	1,7121
NTN-B - 15/05/2045 (5,781%) - 2.496	2045	11.941.783,01	1,2509
NTN-B - 15/05/2045 (5,76%) - 2.494	2045	11.959.853,35	1,2528
NTN-B - 15/05/2045 (5,71%) - 7.457	2045	35.957.523,94	3,7664
NTN-B - 15/08/2050 (5,916%) - 920	2050	4.406.329,95	0,4616
NTN-B - 15/08/2050 (5,780%) - 2.451	2050	11.935.974,62	1,2503
NTN-B - 15/08/2050 (5,922%) - 2.466	2050	11.802.261,24	1,2363
NTN-B - 15/08/2050 (5,713%) - 2.514	2050	12.344.195,35	1,2930
NTN-B - 15/08/2050 (5,815%) - 2.530	2050	12.267.880,89	1,2850
NTN-B - 15/08/2050 (5,9715%) - 4.754	2050	22.616.132,56	2,3690
NTN-B - 15/08/2050 (6,300%) - 8.340	2050	38.159.674,45	3,9971
NTN-B - 15/05/2055 (5,852%) - 2.420	2055	11.538.970,61	1,2087
NTN-B - 15/05/2055 (5,815%) - 2.490	2055	11.931.751,57	1,2498
Total Títulos Públicos		616.818.488,21	64,6100

Total Geral		954.680.246,68	100,0000
--------------------	--	-----------------------	-----------------

15 PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV

O Instituto de Previdência do município de Caraguatatuba (CaraguaPrev) conquistou a certificação **Pró-Gestão RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Nível IV** do Ministério da Previdência.



CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil certifica que a empresa:

CARAGUAPREV - Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - São Paulo

Endereço: Avenida Prestes Maia, Nº302 - Centro - Caraguatatuba - SP - CEP 11660-400

Representante Legal da Unidade: Pedro Ivo de Sousa Tau

Vinculado ao ente federativo do Município de Caraguatatuba
Representante do Ente Federativo: José Pereira de Aguiar Júnior

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no

Nível IV

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS 3.5, aprovado pela Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Validade do Certificado: 24/10/2027
Certificado Nº: CPG 147/2024




Goiânia, 01 de Novembro de 2024
Av. Araguaia, nº 1544, Ed. Albano Franco,
St. Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74645-070



A certificação busca garantir aos RPPSs: excelência na gestão; melhoria na organização das atividades e processos; aumento da motivação por parte dos colaboradores; incremento da produtividade; redução de custos e do retrabalho; transparência e facilidade de acesso à informação; perpetuação das boas práticas, pela padronização; e reconhecimento no mercado onde atua.

Na dimensão Controles Internos são observados o mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS; manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco; estrutura de controle interno; política de segurança da informação; e gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos,



aposentados e pensionistas. A dimensão Governança Corporativa envolve tópicos relacionados ao relatório de governança corporativa; planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética da instituição; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; política de investimentos; Comitê de Investimentos; transparência; definição de limites de alçadas; segregação das atividades; ouvidoria; qualificação do órgão de direção; Conselho Fiscal; Conselho Deliberativo; mandato, representação e recondução; e gestão de pessoas. A Educação Previdenciária é baseada em um plano de ação de capacitação e nas ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

16 CONCLUSÃO

Quanto ao desempenho das aplicações financeiras do CaraguaPrev do mês, os membros do Comitê de Investimentos, observaram as regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção, prudência financeira e analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira, recebendo a aprovação deste Comitê.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Caraguatatuba/SP, 26 de fevereiro de 2026.

Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 73 da Lei complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de JANEIRO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 26 de fevereiro de 2026.

Cristiano Paulo Silva
Presidente do Conselho Fiscal



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Conselho Fiscal
Certificado ANBIMA CPA-10



Marcia Regina Paiva Silva
Membro do Conselho Fiscal



Marcus da Costa Nunes Gomes
Membro do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 71, inciso VI, da Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao mês de JANEIRO de 2026, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 26 de fevereiro de 2026.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Benedita Auxiliadora de Moraes
Membro do Conselho Deliberativo



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo



